



Instituto de Desenvolvimento  
Sustentável Mamirauá

Relatório Anual  
do  
Contrato de Gestão celebrado entre o  
MCTIC e o IDSM-OS  
Exercício de 2017

Parte III

Tefé (AM)

Dezembro de 2017

## **1. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **Critérios e procedimentos adotados**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária de No.11.638/07, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e ainda a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC no.1.409/12, que aprovou a ITG 2002 que dispõe sobre entidades sem fins lucrativos.

Os critérios e procedimentos contábeis foram mencionados nas notas explicativas reproduzidas a seguir e ratificados pela empresa de Auditoria Independente em seu parecer sobre as contas de 2017. É possível consultar estas informações no site do IDSM [www.mamiraua.org.br](http://www.mamiraua.org.br).

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos  
Diretores do  
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá– IDSM-OS  
Tefé – AM**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá– IDSM-OS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM-OS, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Continuidade operacional**

Conforme apresentado na Nota 01, em 09 de junho de 2016 foi assinado 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, prorrogando a vigência do mesmo até 30 de junho de 2017 e em 01 de junho de 2017 foi assinado o 18º Termo Aditivo o qual prorrogou, novamente, a vigência do Contrato de Gestão até 30 de



dezembro de 2017. Os recursos destinados ao custeio das atividades são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. Entretanto o 18º termo aditivo foi celebrado no valor de R\$ 18.793.762 com vigência até 30/12/2017 e o 19º termo aditivo foi firmado em dezembro de 2017, com o objetivo de prorrogação da vigência até 30/12/2019. Esses eventos indicam a existência de incerteza que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

A entidade bem buscando oportunidades de firmar novos Convênios com outras Instituições, no sentido de garantir a continuidade de suas operações.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional

Handwritten signature in blue ink, appearing to be 'B' or 'B' with a flourish.



e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Handwritten signature in blue ink.

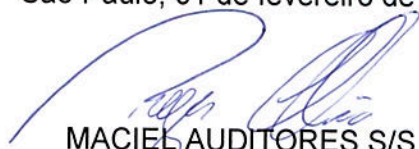


Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.


Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2018.



MACIEL AUDITORES S/S  
2CRC/RS 5.460/O-0 – T – SP  
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA  
1CRC/RS 71.505/O-3 – “T” – SP  
Responsável Técnico



LUCIANO GOMES DOS SANTOS  
1CRC RS 059.628/O-2 – S - SP  
Responsável Técnico



Instituto de Desenvolvimento  
Sustentável Mamirauá

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM – OS – CNPJ: 03.119.820/0001-95

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.901.333	1.925.586	Fornecedores		437	33.889
Recursos vinculados a convênios	5	21.603.605	16.658.160	Obrigações sociais e trabalhistas	10	1.682.325	1.924.185
Créditos a receber	6	291.897	183.434	Obrigações tributárias		170.450	170.817
Estoques	7	<u>16.053</u>	<u>97.024</u>	Outras contas a pagar		360.482	366.464
				Obrigações com recursos de projetos	11	<u>14.596.360</u>	<u>9.527.038</u>
<b>Total do circulante</b>		<b><u>23.812.889</u></b>	<b><u>18.864.205</u></b>	<b>Total do circulante</b>		<b><u>16.810.055</u></b>	<b><u>12.022.392</u></b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não Circulante</b>			
Processos judiciais		44.339	44.339	Outras contas a pagar		44.339	75.799
Imobilizado	8	12.065.987	12.575.679	Investimentos com recursos de projetos	11	<u>11.060.308</u>	<u>11.787.591</u>
Intangível	9	74.318	104.178				
<b>Total do não circulante</b>		<b><u>12.184.644</u></b>	<b><u>12.724.196</u></b>	<b>Total do não circulante</b>		<b><u>11.104.647</u></b>	<b><u>11.863.390</u></b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
					12		
				Patrimônio social		7.702.619	2.459.539
				Superávit acumulado		380.213	5.243.080
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>8.082.832</u></b>	<b><u>7.702.619</u></b>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>35.997.534</u></b>	<b><u>31.588.401</u></b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>35.997.534</u></b>	<b><u>31.588.401</u></b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



**Demonstrações dos Resultados**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016**  
*(Em Reais)*

	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	14	21.310.418	24.042.580
<b>Custo das atividades</b>	15	<u>(15.572.018)</u>	<u>(13.740.339)</u>
<b>Superávit bruto</b>		5.738.400	10.302.241
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com pessoal	16	(1.875.662)	(1.982.328)
Despesas gerais e administrativas	17	(3.421.953)	(2.835.655)
Despesas tributárias		(469.541)	(342.968)
Outras despesas operacionais		-	-
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<u>(28.756)</u>	<u>5.141.289</u>
Receitas financeiras		514.783	295.352
Despesas financeiras		<u>(105.814)</u>	<u>(193.561)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	18	<u>408.969</u>	<u>101.791</u>
<b>Superávit do exercício</b>		<u><u>380.213</u></u>	<u><u>5.243.080</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA DE QUEIROZ  
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL  
Diretor Técnico-Científico

JOYCIMARA ROCHA DE S. FERREIRA  
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA  
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO  
Contadora – CRC/AM 010141/O-0





**Demonstrações dos Resultados Abrangentes**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016**  
*(Em Reais)*

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Superávit/Déficit do exercício</b>	380.213	5.243.080
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>380.213</u></u>	<u><u>5.243.080</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA DE QUEIROZ  
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL  
Diretor Técnico-Científico

JOY CIMARA ROCHA DE S. FERREIRA  
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA  
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO  
Contadora – CRC/AM 010141/O-0



## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

### Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit Acumulado	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	2.047.315	412.224	2.459.539
Incorporação do superávit acumulado	412.224	(412.224)	-
Superávit do Exercício	-	5.243.080	5.243.080
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	2.459.539	5.243.080	7.702.619
Incorporação do superávit acumulado	5.243.080	(5.243.080)	-
Superávit do exercício	-	380.213	380.213
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	7.702.619	380.213	8.082.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA DE QUEIROZ  
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL  
Diretor Técnico-Científico

JOYCIMARA ROCHA DE S. FERREIRA  
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA  
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO  
Contadora - CRC/AM 010141/O-0



## Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método indireto

### Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit do exercício</b>	380.213	5.243.080
Depreciação e amortização	1.050.087	1.305.489
Baixas do imobilizado e intangível	69.398	197.297
		6.745.867
<b>(Aumento) redução dos ativos</b>		
Recursos vinculados a convênios	(4.945.445)	(12.846.477)
Créditos a receber	(108.463)	1.092.750
Estoques	80.971	73.919
Depósitos judiciais	-	-
	(4.972.937)	(11.679.807)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>		
Fornecedores	(31.652)	(482.108)
Obrigações sociais e trabalhistas	(241.860)	(401.579)
Obrigações tributárias	(366)	(165.367)
Outras contas a pagar	(7.782)	(48.745)
Obrigações com recursos de convênios	4.310.580	6.714.941
	4.028.921	5.617.142
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	555.681	683.201
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado	(565.951)	(465.729)
Aquisição de intangível	(13.982)	-
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	(579.933)	(465.729)
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	(24.253)	217.473
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro</b>	1.925.586	1.708.113
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	1.901.333	1.925.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA DE QUEIROZ  
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL  
Diretor Técnico-Científico

ISABEL SOARES DE SOUSA  
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

JOYCIMARA ROCHA DE S. FERREIRA  
Diretora Administrativa

NIZETE DE LIMA CAMPELO  
Contadora – CRC/AM 010141/O-0





## **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 (Em Reais)**

### **1 Contexto Operacional**

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS (o “Instituto”) é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente constituída em 23 de abril de 1999, inscrita no CNPJ sob o nº 03.119.820/0001-95, devidamente qualificada como Organização Social (OS) através do Decreto Presidencial de 4 de junho de 1999, e estabelecida na Estrada do Bexiga, nº 2.584 - bairro Fonte Boa, município de Tefé, no estado do Amazonas.

Sua Missão é promover pesquisa científica sobre a biodiversidade, manejo e conservação dos recursos naturais da Amazônia de forma participativa e sustentável.

Para cumprir sua missão, o IDSM tem por objetivos:

- Desenvolver, incentivar, coordenar, executar e administrar a realização de projetos que objetivem a conservação e, especialmente, a preservação de ecossistemas alagáveis;
- Promover o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua em articulação com as populações locais;
- Arregimentar e gerir fundos econômicos e financeiros legais, provenientes de doações de indivíduos e/ou entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, para o cumprimento da missão;
- Promover estudos e pesquisas sobre biodiversidade, conservação, manejo e o uso sustentável dos recursos naturais dos ecossistemas alagáveis;
- Realizar pesquisas de natureza básica, aplicada e tecnológica nas áreas de sua competência e afins;
- Proporcionar e contribuir para o treinamento científico e tecnológico de recursos humanos para o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, público e privado, nas áreas de sua competência e afins;
- Apoiar e cooperar com a atuação de entidades públicas e/ou privadas, que tenham por objetivo a conservação e a preservação do meio ambiente da Região Amazônica;
- Desenvolver programas educacionais, priorizando as questões ambientais nos ecossistemas alagáveis da Amazônia;
- Promover eventos, cursos e treinamentos com temas relacionados a sua missão;
- Promover inovação em tecnologia sustentável.



As atividades desenvolvidas pelo Instituto estão atreladas às metas e prazos descritos em contrato de gestão, conforme aditamento do contrato firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, em 27 de maio de 2010, e publicado no Diário Oficial da União em 9 de junho de 2010, com vigência até 30 de junho de 2016. Em 09 de junho de 2016 foi assinado 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, prorrogando a vigência do mesmo até 30 de junho de 2017 e em 01 de junho de 2017 foi assinado o 18º Termo Aditivo o qual prorrogou, novamente, a vigência do Contrato de Gestão até 30 de dezembro de 2017. Os recursos destinados ao custeio das atividades do IDSM são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC. Vide informações sobre a gestão financeira do referido Contrato na Nota Explicativa nº 19.

Além dos recursos provenientes do contrato de gestão, o Instituto tem firmado contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoiar ações de manejo e gestão participativa nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, com pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos nos seguintes temas: agropecuária sustentável, manejo florestal madeireiro e não madeireiro sustentável, educação ambiental, proteção ambiental e monitoramento. Desde 2016 o IDSM firmou convênio também, com a Fundação Gordon Moore, cuja finalidade é apoiar a Consolidação e Disseminação de Práticas Sustentáveis de Gestão de Recursos Naturais em Áreas Úmidas.

Para a obtenção de receitas próprias, além das contribuições e doações da sociedade civil, o Instituto promove atividades de ecoturismo e comércio de artesanato, promovendo o desenvolvimento do artesanato regional e a inserção dos artesãos locais nas atividades e gerando também receitas próprias decorrentes de suas atividades.

## **2 Base de preparação**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros não derivativos os quais são registrados com base no valor justo por meio do resultado.

### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no



Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas nº 8 - Determinação das vidas úteis dos bens do imobilizado e nº 11 - Obrigações com recursos de projetos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### 3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### a. Instrumentos financeiros

##### i. *Ativos financeiros não derivativos*

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e créditos a receber.

##### ii. *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e





tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações sociais e trabalhistas, obrigações tributárias, obrigações com recursos de projetos e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**b. Caixa e equivalentes de caixa**

Referem-se a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

**c. Recursos vinculados a projetos**

Também se referem a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, entretanto são recursos vinculados aos projetos administrados pelo Instituto, somente disponíveis à medida que fluxos de caixa são necessários para sua execução, em conformidade com os respectivos convênios e contratos.

**d. Créditos a receber**

Refere-se a adiantamentos concedidos para suprir despesas imediatas. São registrados no momento da saída dos recursos e a baixa ocorre quando há a prestação de contas mediante documentação comprobatória. A administração do Instituto avaliou que não há riscos significativos de realização das contas a receber, não sendo necessária a constituição de provisão para devedores duvidosos.

**e. Estoque**

Mensurado pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo de estoque é determinado com base no custo médio de aquisição ou produção dos gastos incorridos.

**f. Imobilizado**

**i. Reconhecimento e mensuração**

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos com a finalidade de uso exclusivo para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como “bens com restrição de uso”.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de receitas no resultado.



**ii. Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**iii. Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando às vidas úteis econômicas estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Bens destinados exclusivamente para a execução de projetos não são depreciados pelo tempo de duração do respectivo projeto. Terrenos não são depreciados. Vide comentários adicionais na Nota Explicativa nº 8.

**iv. Obras em andamento**

O valor do ativo de obras em andamento é mensurado pelo custo incorrido, conforme o andamento da obra.

**g. Intangível**

Refere-se aos softwares adquiridos pelo Instituto, mensurados pelo custo histórico de aquisição, que vem sendo amortizado considerando a vida útil estimada desses ativos.

**h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

Os valores contábeis dos ativos financeiros e não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o seu valor recuperável.

**i. Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

**j. Obrigações com recursos de projetos**

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo “Obrigações com recursos de projetos”, no passivo circulante, e, na medida de sua realização, são reconhecidos como receita em confronto com as despesas do mesmo período.



Os “Investimentos com recursos de projetos” referem-se aos bens registrados no ativo imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais. O seu valor residual está registrado em conta do passivo não circulante, “Subvenções para investimento a amortizar”, e, na medida das realizações por depreciações, passam a ser reconhecidos na receita do Instituto.

Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade. Os gastos são segregados por financiador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre financiadores.

**k. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através dos descontos dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos, se aplicável, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros quando incorridos são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**l. Receita operacional**

As receitas das atividades decorrem, basicamente, do Contrato de Gestão firmado com o MCTIC, bem como de outros recursos captados pelo Instituto. As receitas são registradas com base nas despesas incorridas nos projetos.

As receitas de serviços prestados com Ecoturismo e venda de produtos pela Loja de Artesanatos são reconhecidas no resultado com base na emissão da nota fiscal, ao final da prestação de serviço.

**m. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem, basicamente, juros oriundos de rendimentos de aplicações financeiras. As despesas financeiras decorrem de taxas bancárias e outros itens correlatos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

**n. Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos são apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

**i. Aplicações financeiras**

O valor justo das aplicações financeiras de curto prazo é o próprio valor aplicado adicionado da remuneração do título até a data de apresentação *pro rata temporis*.

**ii. Imobilizado**

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.





**iii. Ativos financeiros não derivativos**

O valor justo de ativos financeiros é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação, quando aplicável. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

**iv. Passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, quando aplicável.

**o. Isenções fiscais**

O Instituto é uma Entidade isenta do Imposto de Renda por ser uma sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97, art. 15).

Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, arts. 10 e 18, IV):

- a. Não remunerar por qualquer forma seus dirigentes do Conselho Deliberativo pelos serviços prestados;
- b. Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;
- c. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e. Apresentar, anualmente, declaração de informações, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e
- f. Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12, § 2º e art. 15, § 2º).

De acordo com o inciso I do artigo 12 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, a Entidade está isenta também da Contribuição Social.



#### 4 Caixa e Equivalente de Caixa

	2017	2016
Caixa	3.492	4.634
Bancos	67.036	20.496
Aplicações financeiras	1.830.805	1.900.456
	<u>1.901.333</u>	<u>1.925.586</u>

#### 5 Recursos Vinculados a Projetos

	2017	2016
Caixa	3.716	1.492
Bancos	154.339	26.094
Aplicações financeiras	21.445.550	16.630.574
	<u>21.603.605</u>	<u>16.658.160</u>

#### Composição por projeto:

	2017	2016
Contrato de Gestão – Subvenção MCTIC	15.679.577	9.595.003
Convênio Moore	5.152.244	5.085.458
Convênio BNDES	617.446	1.948.931
Convênio WCS	128.599	-
Convênio Fundação O Boticário	25.514	-
Convênio Animal Crisis	226	976
Outros Convênios	-	27.794
	<u>21.603.605</u>	<u>16.658.160</u>

Os recursos financeiros vinculados têm seu uso restrito à aplicação em projetos a que se destinam, conforme disposições contratuais.

Tanto no caso de recursos próprios quanto para os vinculados a projetos, os investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias de, aproximadamente, 0,87% ao mês.

A Administração do Instituto adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados na poupança e CDB com resgate de curto prazo. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas nos próprios projetos.



## 6 Créditos a Receber

	2017	2016
Adiantamentos a fornecedores	171.125	87.119
Adiantamentos a funcionários	69.383	49.412
Recursos de clientes	20.231	16.192
Seguros a apropriar	18.173	-
Adiantamentos de viagens	12.660	22.961
Créditos tributários	325	7.750
	<b>291.897</b>	<b>183.434</b>

## 7 Estoques

Referem-se basicamente aos produtos para revenda da loja de artesanatos (periódicos, artesanatos, etc.).

	2.017	2.016
Estoque de Livros	14.661	65.771
Camisas Mamirauá	1.364	18.398
Produtos Mamirauá	28	12.855
	<b>291.897</b>	<b>183.434</b>

## 8 Imobilizado

	2017	2016
Bens próprios	1.079.997	892.268
Bens com restrição de uso (vinculados a projetos)	11.060.308	11.787.591
	<b>12.140.305</b>	<b>12.575.679</b>

### Resumo da movimentação anual:

	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	Ajustes	Saldo em 31.12.2017
<b>Custo</b>						
Terrenos	10.000	-	-	-	-	10.000
Edificações	10.660.711	-	-	-	-	10.660.711
Instalações	536.502	-	-	54.857	-	591.359
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4.291.722	284.485	(104.194)	53.520	-	4.525.533
Equipamentos de informática	1.989.633	77.118	(123.028)	-	-	1.943.723
Veículos	676.007	-	(7.500)	-	-	668.507
Móveis e utensílios	1.418.413	18.291	(45.632)	-	-	1.391.073
Biblioteca	54.663	-	-	-	-	54.663
Benfeitorias	1.456.957	-	-	-	-	1.456.957
Imobilizado em andamento	286.673	186.057	(37.872)	(106.817)	-	328.041
	<b>21.381.281</b>	<b>565.951</b>	<b>(318.225)</b>	<b>1.560</b>	<b>-</b>	<b>21.630.567</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>						





Edificações	(2.121.007)	(190.786)	-	-	-	(2.311.793)
Instalações	(267.400)	(16.299)	-	-	-	(283.699)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(2.411.146)	(297.469)	82.098	-	-	(2.626.517)
Equipamentos de informática	(1.686.475)	(207.568)	120.010	-	-	(1.774.033)
Veículos	(354.203)	(21.775)	7.500	-	-	(368.478)
Moveis e utensílios	(642.821)	(110.481)	37.659	-	-	(715.644)
Benfeitorias	(1.322.551)	(161.865)	-	-	-	(1.484.416)
	<b>(8.805.603)</b>	<b>(1.006.244)</b>	<b>247.267</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(9.564.580)</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>12.575.679</b>	<b>(440.293)</b>	<b>(70.958)</b>	<b>(51.960)</b>	<b>-</b>	<b>12.065.987</b>

	Saldo em 31.12.2015	Adições	Baixas	Transferências	Ajustes	Saldo em 31.12.2016
<b>Custo</b>						
Terrenos	10.000	-	-	-	-	10.000
Edificações	10.660.711	-	-	-	-	10.660.711
Instalações	433.262	-	-	103.240	-	536.502
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4.059.070	244.401	(11.749)	-	-	4.291.722
Equipamentos de informática	2.003.525	4.400	(18.292)	-	-	1.989.633
Veículos	718.997	-	(42.990)	-	-	676.007
Móveis e utensílios	1.432.569	6.873	(21.027)	-	-	1.418.415
Biblioteca	54.663	-	-	-	-	54.663
Benfeitorias	1.456.957	-	-	-	-	1.456.957
Imobilizado em andamento	283.096	106.817	-	(103.240)	-	286.673
	<b>21.112.850</b>	<b>362.491</b>	<b>(94.058)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.381.283</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>						
Edificações	(1.930.221)	(190.786)	-	-	-	(2.121.007)
Instalações	(253.906)	(13.494)	-	-	-	(267.400)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(2.074.280)	(347.486)	10.620	-	-	(2.411.146)
Equipamentos de informática	(1.444.249)	(248.468)	6.242	-	-	(1.686.475)
Veículos	(334.631)	(57.188)	37.616	-	-	(354.203)
Moveis e utensílios	(538.462)	(119.151)	14.791	-	-	(642.822)
Benfeitorias	(973.662)	(348.889)	-	-	-	(1.322.551)
	<b>(7.549.411)</b>	<b>(1.325.462)</b>	<b>69.269</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(8.805.604)</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>13.563.439</b>	<b>(962.971)</b>	<b>(24.789)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.575.679</b>

### Avaliação das Vidas Úteis Econômicas dos Bens do Imobilizado:

Em 2017 foi realizada verificação geral nos bens para avaliar a situação atual dos mesmos, considerando as restrições de uso e de manutenção dos bens, o que foi constatado que o estado de



conservação dos bens avaliados, não sofreu alteração significativa nos últimos doze meses. Concluiu-se então que os seus valores residuais estão de acordo com seus estados de conservação atual.

## 9 Intangível

	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	Outros	Saldo em 31.12.2017
<b>Custo</b>						
Software	329.641	13.982	-	-	-	343.623
Licenças Office Profissional	3.207	-	-	-	-	3.207
Licenças Windows 98	34.196	-	-	-	-	34.196
	<b>367.044</b>	<b>13.982</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>381.026</b>
<b>Amortização</b>						
<b>Custo</b>						
Software	(235.254)	(38.316)	-	-	-	(273.570)
Licenças Office Profissional	(1.818)	(641,52)	-	-	-	(2.460)
Licenças Windows 98	(25.795)	(4.885)	-	-	-	(30.680)
	<b>(262.866)</b>	<b>(43.842)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(306.709)</b>
<b>Intangível Líquido</b>	<b>104.178</b>	<b>(29.860)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>74.317</b>

	Saldo em 31.12.2015	Adições	Baixas	Transferências	Outros	Saldo em 31.12.2016
<b>Custo</b>						
Software	329.641	-	-	-	-	329.641
Licenças Office Profissional	3.207	-	-	-	-	3.207
Licenças Windows 98	34.196	-	-	-	-	34.196
	<b>367.044</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>367.044</b>
<b>Amortização</b>						
<b>Custo</b>						
Software	(192.937)	(42.317)	-	-	-	(235.254)
Licenças Office Profissional	(1.176)	(642)	-	-	-	(1.818)
Licenças Windows 98	(19.456)	(6.339)	-	-	-	(25.795)
	<b>(213.569)</b>	<b>(49.298)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(262.866)</b>
<b>Intangível Líquido</b>	<b>153.476</b>	<b>(59.524)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>104.178</b>



## 10 Obrigações sociais e trabalhistas

	2017	2016
Férias a pagar	1.003.934	1.033.949
INSS sobre salários	239.044	450.628
INSS sobre férias	256.106	263.657
FGTS sobre férias	80.314	82.716
FGTS sobre folha	85.791	79.100
PIS sobre salários	13.612	13.344
Outros passivos	3.523	791
	<b>1.682.324</b>	<b>1.924.185</b>

## 11 Obrigações com recursos de projetos

	2017	2016
Subvenção MCTIC	14.033.584	7.626.997
Convênio BNDES	562.776	1.900.040
	<b>14.596.360</b>	<b>9.527.037</b>

O Instituto mantém sob sua responsabilidade R\$ 14.596.360 de recursos recebidos a título de Contrato de Gestão com o MCTIC e convênios com agências de fomento para aplicação em custeio, projetos de pesquisas e na melhoria de infraestrutura da entidade, que ainda não foram executados. A entidade mantém sob sua responsabilidade jurídica a aplicação correta destes convênios pelos seus valores totais.

Os saldos dos recursos recebidos em 2017 serão destinados para compor a reserva técnica estabelecida e para continuidade das ações iniciadas em 2017.

Os investimentos com recursos de projetos (Passivo Não Circulante) referem-se aos bens registrados no imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais. O valor líquido desses bens em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 11.060.308, que se realiza através das depreciações, e serão reconhecidos como receita do Instituto ao longo do tempo.

## 12 Patrimônio líquido

### a. Patrimônio social

O patrimônio social é composto pela incorporação de superávits e/ou déficits de cada exercício, após a devida aprovação pelos Conselhos de Administração e Diretor.

### b. Superávit acumulado



Refere-se ao superávit ou déficit do ano corrente. Após aprovação pelos Conselhos de Administração e Diretor, esses valores são incorporados ao “Patrimônio social” do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto em Estatuto.

### 13 Processos judiciais e contingências

O Instituto, atualmente, é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, no valor de R\$ 130.725,90, com possível probabilidade de perda, conforme relatório da assessoria jurídica nº 001/2018.

### 14 Receita operacional líquida

	2017	2016
Subvenção do MCTIC	15.508.517	14.575.394
Ecoturismo	1.808.253	2.198.988
Convênios	3.657.867	7.216.817
Doações recebidas	418.654	204.901
Vendas de produtos	55.073	91.346
Outras receitas	24.258	42.210
	<b>21.472.622</b>	<b>24.330.256</b>
Deduções de vendas	(162.204)	(287.677)
	<b>21.310.418</b>	<b>24.042.579</b>

### 15 Custos das atividades

	2017	2016
Salários	(6.581.917)	(6.348.180)
Encargos sociais	(2.608.548)	(2.520.397)
Provisões	(1.635.901)	(1.558.236)
Materiais e bens	(2.042.143)	(1.546.013)
Serviço de terceiros	(1.208.333)	(753.235)
Diárias e passagens	(691.811)	(341.541)
Custo com serviços - Ecoturismo	(264.989)	(297.513)
Utilidades e serviço	(267.516)	(136.839)
Custo apoio de gestão	(52.094)	(84.188)
Serviços de auditoria/consultoria	(39.226)	(65.845)
Custo de produtos vendidos (loja)	(91.877)	(39.034)
Locações diversas	(64.225)	(34.836)
Encargos sobre serviços de terceiros	-	(16)
Informação científica	(4.674)	(9.365)
Locação de mão de obra	(18.764)	(5.100)
	<b>(15.572.018)</b>	<b>(13.740.339)</b>





## 16 Despesas com pessoal

	2017	2016
Salários e honorários	(1.176.292)	(1.216.486)
Encargos sociais	(418.567)	(440.835)
Despesa com 13º salário e férias	(247.523)	(255.180)
Encargos sociais sobre provisões	(33.280)	(69.827)
	<b>(1.875.662)</b>	<b>(1.982.328)</b>

## 17 Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Depreciação e amortização	(1.050.087)	(1.377.737)
Locações	(730.933)	(668.338)
Serviços de terceiros	(536.903)	(183.541)
Despesas tributárias	(469.541)	(202.020)
Materiais e suprimentos	(538.060)	(173.169)
Utilidades e serviços	(457.595)	(388.808)
Multas	(58.787)	(140.948)
Diárias e passagens	(18.063)	(19.275)
Outras despesas	(31.526)	(27.788)
	<b>(3.891.494)</b>	<b>(3.178.624)</b>

## 18 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado líquido, findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações em fundos dos recursos da Entidade, objetivando resguardá-los da desvalorização monetária por conta da inflação.

	2017	2016
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	505.408	289.398
Outras receitas financeiras	9.375	5.954
	<b>514.783</b>	<b>295.352</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	(65.217)	(77.570)
Outras despesas financeiras	(40.597)	(115.991)
	<b>(105.814)</b>	<b>(193.561)</b>
	<b>408.969</b>	<b>101.791</b>



## Instrumentos financeiros

### Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2017	2016
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e bancos	4	1.901.333	1.925.586
<b>Recursos vinculados a projetos</b>			
Fundo fixo	5	1.975	1.493
Bancos	5	154.339	26.094
Aplicações financeiras	5	21.445.550	16.630.574
<b>Outras obrigações</b>			
Obrigações com recursos de projetos	11	14.596.360	7.626.997

Em 31 de dezembro de 2017, o Instituto não tinha obrigações em moeda estrangeira.

## 19 Informações Sobre a Gestão Financeira do Contrato de Gestão - MCTIC

### 1. Demonstrativo das receitas e despesas relacionadas ao Contrato de Gestão

Ano	Saldo Inicial	MCTIC	Aplicação Financeira	Despesas Líquidas	Saldo Final
2014	11.025.532	21.151.216	320.665	(24.481.457)	8.015.956
2015	8.015.956	12.172.159	295.247	(17.424.114)	3.059.248
2016	3.059.248	22.157.071	296.027	(15.854.356)	9.657.990
2017	9.657.990	20.653.768	779.379	(15.287.053)	15.804.084
				<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Recursos Auferidos</b>					
Saldo inicial (01.01)				9.967.990	8.015.956
Recursos recebidos – repasses MCTIC				20.653.768	22.157.071
Receita financeira líquida				779.379	296.027
<b>Total dos Recursos Auferidos</b>				<b>31.091.137</b>	<b>25.512.346</b>
<b>Despesas</b>					
Pessoal				(12.137.825)	(12.296.495)
Custeio				(2.965.919)	(3.553.461)
Capital				(183.309)	(4.400)
<b>Total das despesas</b>				<b>(15.287.053)</b>	<b>(15.854.356)</b>
<b>Saldo (31.12)</b>				<b>15.804.084</b>	<b>9.657.990</b>



## 2. Saldos contábeis das contas patrimoniais vinculadas ao Contrato de Gestão

	2017	2016
<b>No Ativo Circulante</b>		
Recursos vinculados a projetos (Vide Nota Explicativa nº 5)	15.679.577	9.595.003
Créditos a receber	124.507	62.987
	<b>15.804.084</b>	<b>9.657.990</b>
<b>No Passivo Circulante</b>		
Obrigações com recursos de projetos (Vide Nota Explicativa nº 11)		
<b>Outros Passivos</b>		
- Obrigações trabalhistas e sociais	(1.588.322)	(1.853.826)
- Obrigações fiscais e tributárias	(157.180)	(144.278)
- Obrigações em circulação - fornecedores	(26.018)	(32.889)
	(1.771.520)	(2.030.993)
	<b>14.032.564</b>	<b>7.626.997</b>

O valor de R\$ 14.032.565, apresentado acima, corresponde ao saldo do ativo circulante, deduzido das despesas provisionadas, relacionadas ao Contrato de Gestão, e ainda não pagas, inclusive aquelas cujos cheques emitidos e que se encontram pendentes de compensação.

## 20 Cobertura de seguros

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 18.172,65.

Tefé/AM, 22 de janeiro de 2018.

HELDER LIMA DE QUEIROZ  
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL  
Diretor Técnico-Científico

JOYCIMARA ROCHA DOS S. FERREIRA  
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA  
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO  
Contadora – CRC/AM 010141/O-0

**RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE  
AS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ANO DE 2017  
CONTIDAS NO RELATÓRIO DE GESTÃO DO INSTITUTO DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ- IDSM**

Aos Conselheiros e Diretores

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM**

Tefé - AM

**Introdução**

Fomos contratados pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá ("IDSM") para efetuar um trabalho de asseguração limitada sobre as informações contidas no Relatório de Gestão do IDSM relativas ao ano de 2017. Este trabalho não abrange, portanto, as informações relativas a exercícios anteriores, projeções futuras e razoabilidade das metas dos indicadores de desempenho contidas no Relatório de Gestão.

**Responsabilidade da Administração do IDSM**

A Administração do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações relativas ao ano de 2017 contidas no Relatório de Gestão, de acordo com o seu Plano de trabalho acordado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, em especial quanto aos assuntos relativos aos indicadores de desempenho definidos no Contrato de Gestão e seus aditivos, firmados entre IDSM e a União, através do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, e pelos controles internos que o IDSM determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é expressar uma Conclusão sobre as informações contidas no Relatório de Gestão referentes ao ano de 2017, com base em um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a norma brasileira para Trabalhos de asseguração diferentes de auditoria e revisão - NBC TO 3000, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 – Assurance Engagement sotherthan audi t sorre viewof historical financial information, emitida pelo IAASB – International auditingand Assurance Standards Board. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações contidas no Relatório de Gestão relativas ao ano de 2017, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 e ISAE 3000 consiste principalmente em indagações à administração, assim como na aplicação de procedimentos analíticos para se obter evidência que possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer também a execução de procedimentos adicionais quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações apresentadas, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.



Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações contidas no Relatório de Gestão relativas ao ano de 2017, bem como de outras circunstâncias do trabalho, e de nossa consideração sobre áreas nas quais distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos que adotamos compreenderam:

- O planejamento dos trabalhos considerando a relevância, o volume de informações qualitativas e quantitativas, normas do MCTIC relacionadas ao Contrato de Gestão, os sistemas operacionais, e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações relativas ao ano de 2017 contidas no Relatório de Gestão;

- O entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos adotados para a compilação de dados através de entrevistas com os responsáveis pela elaboração das informações relativas ao ano de 2017 constantes do Relatório de Gestão, incluindo a obtenção de publicações relativas ao ano de 2017 informadas no Relatório de Gestão.

- A aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas relativas ao ano de 2017 contidas no Relatório de Gestão, e especificamente quanto aos itens, do art 34 da Portaria 967 do MCTIC e suas atualizações:

- I – limite percentual de gastos com pessoal em relação aos recursos financeiros repassados por intermédio do contrato de gestão;

- II – verificação da remuneração e percepção de outras vantagens pelos dirigentes e empregados da OS, segundo os critérios pactuados no contrato de gestão;

- III – situação de regularidade com o pagamento de tributos federais e existência de provisão para contingências passivas;

- IV – evolução das receitas e saldos do contrato de gestão e suas aplicações financeiras;

- V – contabilização da reserva técnica e sua utilização/adequação;

- VI – verificação de contratos celebrados com recursos do contrato de gestão;

- VII – percentual de alavancagem de recursos extras ao contrato de gestão;

- VIII – evolução do ativo permanente (imobilizado) da OS, segregando os investimentos com recursos próprios e do contrato de gestão; e

- IX – acompanhamento de eventuais pendências junto aos órgãos de controle;

- X – verificação da adequação dos gastos realizados com os objetivos, ações e metas do contrato de gestão; e

- XI – eficiência da gestão sob o aspecto de economicidade e de necessidade ou relevância das contratações.

- O confronto das informações financeiras com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis ou relatórios gerenciais.

Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a nossa conclusão, na forma limitada.

#### **Escopo e limitações**

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguarção limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguarção razoável, que tem por objetivo emitir uma Opinião sobre as informações relativas ao ano de 2017 contidas no Relatório de Gestão. Consequentemente, não nos foi possível obter segurança razoável de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguarção razoável que tem por objetivo emitir uma Opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com o objetivo de emitir uma Opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações relativas ao ano de 2017 contidas no Relatório de Gestão.



Dessa forma, não expressamos uma Opinião sobre essas informações.

Nosso trabalho teve como objetivo verificar se os dados incluídos no Relatório de Gestão de 2017, no que tange à obtenção de informações qualitativas, à medição e aos cálculos de informações quantitativas, se apresentam em conformidade com os critérios e as diretrizes do Plano de Trabalho do IDSM para o ano de 2017.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos.

O escopo de nosso trabalho não incluiu a realização de qualquer trabalho em relação aos dados informados para os anos anteriores, projeções futuras e sobre razoabilidade das metas dos indicadores de desempenho estabelecidas no Contrato de Gestão. Portanto, esta Conclusão abrange somente as informações relativas ao ano de 2017, e excluem quaisquer outras informações.

#### **Conclusão**

Com base em nossos trabalhos efetuados de assecuração limitada, descritos neste Relatório, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações relativas ao ano de 2017 contidas no Relatório de Gestão, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios contidos no Plano de trabalho e normativos, aprovadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC.

#### **Ênfase**

##### **Continuidade operacional**

Conforme apresentado no item 2 Descrição dos Principais Projetos Realizados pelo IDSM, a instituição depende de repasses de recursos para fazer frente às necessidades de cada projeto. Caso contrário, muitas ações são adiadas ou mesmo canceladas, impedindo que os projetos atinjam os objetivos desejados, como o que vem ocorrendo desde 2016, e continuando em 2017.

Em 09 de junho de 2016 foi assinado 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, prorrogando a vigência até 30 de junho de 2017 e em 01 de junho de 2017 foi assinado o 18º Termo Aditivo prorrogando a vigência até 30 de dezembro de 2017, celebrado no valor de R\$ 18.793.762. O 19º termo aditivo foi firmado em dezembro de 2017, com o objetivo de prorrogação até 30/12/2019.

Esses eventos indicam a existência de incerteza que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

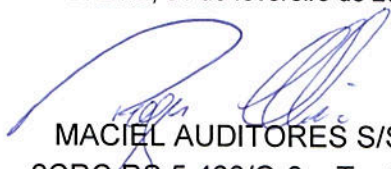


### Reserva Técnica

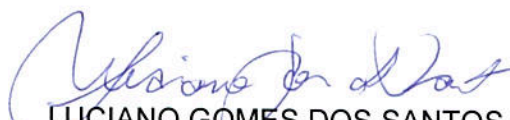
Conforme 18º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão a entidade deve constituir reserva técnica estabelecida para o exercício de 2017, no valor de R\$ 7.301.696,04, visando a eventuais pagamentos de finalização de contratos e direitos trabalhistas. Entretanto, o saldo contábil em 31/12/2017 é R\$ 9.894.714,80.

Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Brasília, 01 de fevereiro de 2018



MACIEL AUDITORES S/S  
2CRC/RS 5.460/O-0 – T – SP  
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA  
1CRC/RS 71.505/O-3 – “T” –SP  
Responsável Técnico



LUCIANO GOMES DOS SANTOS  
1CRC RS 059.628/O-2 – S - SP  
Responsável Técnico